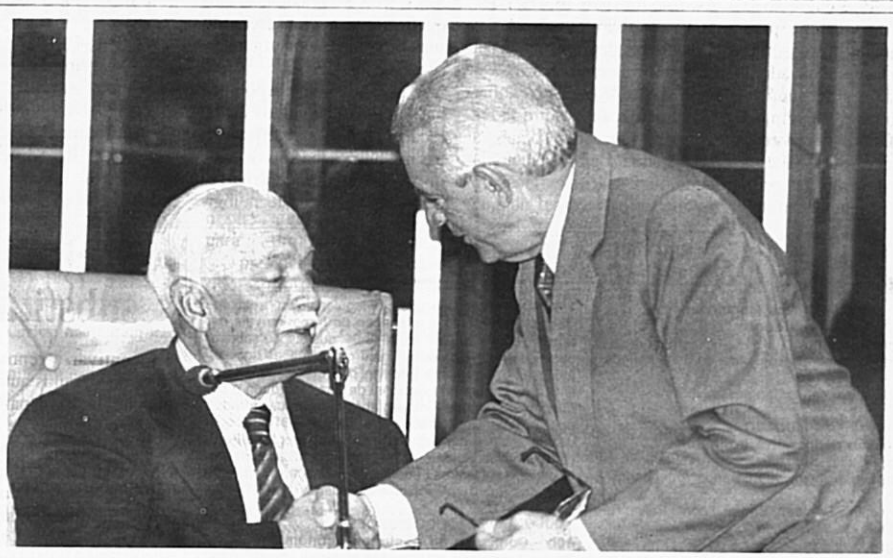
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV – Nº 667 – Brasília, terça-feira, 7 de abril de 1998

Antonio Carlos saúda volta de Iris ao Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cumprimentou ontem o senador Iris Rezende (foto) pelo seu retorno ao Legislativo, depois da passagem pelo Poder Executivo. Antonio Carlos disse que o Senado "se regozija" com a volta de Iris e elogiou o trabalho desenvolvido pelo senador à frente do Ministério da Justiça. **Página 8**



Fogaça propõe processo sem licença prévia

O relator das propostas destinadas a limitar a imunidade dos parlamentares, senador José Fogaça, divulgou ontem substitutivo que prevê o fim da necessidade de licença prévia para que deputados e senadores sejam processados por crimes comuns. O texto estabelece a possibilidade de a Casa de origem do parlamentar suspender a qualquer momento o processo, desde que a decisão seja tomada por maioria absoluta dos votos. O substitutivo mantém o Supremo Tribunal Federal como foro privilegiado para o julgamento de deputados federais e senadores. **Página 3**

Fogaça mantém o STF como foro para parlamentares

Plenário aprova nova Defesa Civil

Prevenção de catástrofes e campanhas educacionais constam de projeto que reforça sistema composto por entidades da União, dos estados e dos municípios

Foi aprovado ontem, pelo plenário, projeto que reforça o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), integrado pelas entidades de defesa civil da União, dos estados e dos municípios. Estão previstas no texto diretrizes básicas para prevenção de calamidades públicas, que incluem recomendações de obras para reduzir os efeitos de catástrofes naturais - como enchentes ou secas - ou provocadas pelo homem - como desabamentos de edifícios. As entidades de defesa civil ligadas ao Sindec também deverão recomendar aos estados e municípios campanhas educacionais destinadas a reduzir os riscos de catástrofes. As campanhas poderão envolver atividades como o recolhimento de lixo em áreas de risco e a dragagem de rios. Relatado favoravelmente pelo senador Romeu Tuma, o projeto será agora enviado à Câmara. **Página 5**

Tuma: parecer favorável

Congresso recomeça votação de medidas provisórias

O Congresso Nacional reúne-se hoje à noite para retomar as votações de medidas provisórias que tratam de temas relativos à administração pública. Das 11 MPs que ainda não foram apreciadas pelo plenário, seis deverão ter prioridade. Entre elas, estão as que prevêem a criação de organizações sociais e o estabelecimento de plano de carreira do Banco Central , além da regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. Página 2

Recomeça a votação de medidas provisórias

O plenário do Congresso se reúne às 18h de hoje para votar 11 medidas provisórias que tratam de assuntos administrativos, remanescentes das deliberações da semana passada. Como o governo reeditou cinco dessas MPs, os senadores deverão dar prioridade às restantes, de números 1648-6, 1616-16, 1641-16, 1642-41, 1624-41 e 1647-14; todas dependem de parecer a ser proferido em plenário.

A MP 1648-6 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais.

A MP 1616-16 dispõe sobre o número de cargos de direção e funções gratificadas das instituições federais de ensino superior, dos centros federais de educação tecnológica e das escolas agrotécnicas federais.

A MP 1641-16 trata do plano de carreira dos servidores do Banco Central.

A MP 1642-41 dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios.

A 1624-41 cria a gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização (GDAF) e a gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vôo (GDACTA).

E a MP 1647-14 dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

Agenda do Dia

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h - Despacho interno
15h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
18h - Sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Será dedicado a comemorar os 50 anos da Organização dos Estados Americanos - OEA
Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Leonel Paiva, Benedita da Silva, Mauro Miranda
Pauta: Segundo dia de discussão da *PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; redação final da emenda do Senado ao *PLC nº 95/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representante do corpo discente; *PDL nº 8/98, que aprova o texto das emendas ao artigos I, II, VIII, IX e XVI do Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat); e *PDL nº 9/98, que aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - Inmarsat e ao art. 13 da Convenção da Inmarsat

18h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de diversas medidas provisórias, entre elas a *MP nº 1.531-16, que autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás e de suas subsidiárias; *MP nº 1.641-16, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil; *MP nº 1.606-19, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; *MP nº 1.642-41 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; *MP nº 1.587-07; que institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF, e Provisória - GP; *MP nº 1.624-41, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização - GDAF, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vôo - GDACTA; *MP nº 1.613-05, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; *MP nº 1.608-12, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; *MP nº 1.606-18, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; *MP nº 1.647-14, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; *MP nº 1.648-06, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais; e *MP nº 1.616-16, que dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão; *Mensagem nº 47/98, solicitação de elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, a fim de contratar operação de crédito externo, no valor de US$ 271,017,228.95, junto ao Eximbank, destinada ao financiamento da importação de bens e serviços, no âmbito do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia; *Mensagem nº 96/98, solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem mil reais, junto ao Paribas, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I, a serem assumidos pela União, em decorrência da Lei nº 9.143/95; *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; e *PLC nº 122/93, que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157. Sala 19 - *Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *PLC nº 5/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Temporária da Amazônia
Pauta: Exposição da presidente do Banco da Amazônia S.A (Basa), Flora Valadares, sobre aplicação do FNO na região Norte. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

Odacir quer incentivo para substituir carros antigos

Incentivar a renovação da frota de veículos automotores em circulação no país é o propósito do projeto de lei, apresentado pelo senador Odacir Soares (PTB-RO), que institui isenção parcial do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre automóveis de passageiros de fabricação nacional, quando um veículo com mais de dez anos de uso for dado como parte do pagamento. A isenção se limita a R$ 2 mil em cada operação e a revendedora autorizada é obrigada a destruir o veículo usado, podendo aproveitá-lo como sucata ou comercializar as peças.

Odacir defende renovação da frota

De acordo com o projeto, o carro usado dado em pagamento deve ter documentação e licenciamento em ordem nos últimos três anos e não ter sido objeto de perda total em liquidação de sinistro coberto por apólice de seguro. Para evitar fraudes, o veículo deve ser destruído no prazo máximo de 30 dias, com pedido de baixa do registro, devendo ser encaminhadas cópias desses comprovantes à repartição fiscal e à empresa fabricante, dentro de dez dias. A revendedora fica obrigada a manter esses documentos em arquivo por pelo menos cinco anos. A verificação de que o veículo retornou à circulação acarretará o pagamento da parcela do imposto objeto da isenção, acrescido dos encargos e penalidades (detenção de 6 meses a 2 anos), implicando crime contra a ordem tributária.

Em sua justificação, Odacir Soares argumenta que os veículos de fabricação antiga têm tecnologia ultrapassada no referente a controle de emissão de gases e ruídos poluentes, comprometendo o controle ambiental, além de manutenção com custo relativamente alto e freqüentemente dificultada pela escassez de peças de reposição. Por essas razões, a manutenção tende a ser negligenciada, constituindo-se em fator de insegurança no trânsito.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes
Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editor Chefe – Djalba Lima
Editores – Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Revisão – Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Senador José Fogaça elaborou um novo texto, reunindo as diversas propostas em tramitação, e acredita que há vontade política para aprová-lo

Substitutivo sobre imunidade acaba com licença prévia

O substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às propostas em tramitação na Casa que limitam a imunidade parlamentar acaba com a necessidade de autorização prévia para que deputados e senadores sejam processados por crime comum. Ressalva, porém, que a Casa de origem do parlamentar - a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal - poderá, a qualquer momento, por maioria absoluta de votos, sustar o processo.

O parecer, antecipado ontem em entrevista coletiva pelo próprio Fogaça, será apresentado na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e se baseia nas emendas propostas pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB), José Serra (PSDB-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

O substitutivo mantém o Supremo Tribunal Federal como foro privilegiado para julgar parlamentares federais. A possibilidade da avocatória, sugerida na proposta de Serra, serve como a instância de recurso, anteriormente negado aos parlamentares, pois ações judiciais contra eles já são instauradas no mais alto

Fogaça apresentará parecer à CCJ

tribunal da República.

A votação para que o projeto seja ou não sustado somente poderá ser provocada por iniciativa da Mesa da respectiva Casa Legislativa ou, então, por partido que tenha funcionamento parlamentar. Este só é atingido pelos partidos que conseguirem 5% dos votos totais em todo o país, distribuídos por nove estados, com no mínimo 2% dos votos totais de cada um desses estados. A ausência de deliberação não implica a sustação do processo.

PRISÃO

O substitutivo de Fogaça mantém a possibilidade de prisão do parlamentar apenas em casos de flagrante de crime inafiançável. Mesmo assim, para evitar pressões indevidas, a Casa Legislativa de origem deverá ser comunicada sobre a prisão e decidir, em 24 horas, se o parlamentar será ou não mantido preso. A adoção do tribunal do júri para julgar crimes contra a vida cometidos por parlamentares foi descartada, por não ter conseguido apoio da maioria dos membros da comissão.

A proposta de Fogaça mantém o Superior Tribunal de Justiça como foro privilegiado para julgar governadores de estado. Mantém também as inviolabilidades civil e penal das opiniões, palavras, votos e atos decorrentes do mandato parlamentar. Exime os parlamentares de testemunhar sobre informações recebidas e prestadas em decorrência do exercício do mandato, assim como condiciona à prévia licença da Casa respectiva a incorporação dos parlamentares às Forças Armadas, mesmo se militares e em tempo de guerra. Durante o Estado de Sítio, as imunidades de deputados e senadores somente serão suspensas mediante o voto favorável de dois terços dos membros da Casa respectiva.

A matéria vai à discussão na CCJ e, se aprovada, terá que ser votada também em plenário. Somente será enviada à Câmara se aprovada em dois turnos. Fogaça acredita que há vontade política para sua aprovação, o que deverá ocorrer ainda neste semestre.

Senado discute emendas a acordos internacionais

O projeto de decreto legislativo que aprova emendas ao acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat) será discutido hoje, em turno único, na sessão deliberativa do Senado. Também será discutido, em turno único, o projeto de decreto legislativo que aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (Inmarsat) e ao art. 13 da convenção desse organismo, aprovadas em Londres, em dezembro de 1994.

Relator deu parecer favorável à aprovação, mas criticou o Ministério das Relações Exteriores

Relator dos projetos, o então senador Otoniel Machado (PMDB-GO) formulou parecer favorável à aprovação. No entanto, considerou "lamentável a falta de rigor do Ministério das Relações Exteriores". As emendas do primeiro projeto foram encaminhadas juntamente com texto diferente do que fora emendado. No segundo caso, foram encaminhadas ao presidente da República mais de três anos após sua aprovação.

- Esse procedimento emperra os trabalhos do Congresso Nacional e em nada contribui para os interesses da nação - afirmou o senador.

A Intelsat é um consórcio que oferece serviços de telefonia internacional e retransmissão de sinais de televisão. As principais emendas em discussão permitem que uma entidade de telecomunicações designada por uma parte possa ser signatária do acordo; e que cada Estado-parte assinará ou designará pelo menos uma entidade pública ou privada de telecomunicações para assinar o acordo operacional.

A principal emenda a ser avaliada substitui o título "Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (Inmarsat)" por "Organização Internacional de Telecomunicações Móveis por Satélites", mantendo, porém, a sigla. Segundo o relator, a Inmarsat passou a trabalhar também com serviços de comunicações móveis terrestres, como o rastreamento de caminhões de cargas.

Também está incluída na pauta de votação, em turno único, a redação final de emenda do Senado a projeto de lei da Câmara sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representantes do corpo discente.

CAE examina proposta de indenização a aeronautas

Três comissões do Senado reúnem-se hoje, a partir das 10h. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia projeto de lei de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), que determina o pagamento de indenizações a aeronautas e aeroviários, civis ou militares, que ficaram impedidos, por atos institucionais ou complementares, de exercer sua profissão.

A CAE também analisará a elevação do limite de endividamento da Petrobrás, que negocia empréstimo de US$ 270 milhões junto ao Eximbank, destinado ao financiamento da importação de bens

Freire é autor do projeto

e contratação de serviços para o gasoduto Brasil-Bolívia.

Outra comissão, a de Serviços de Infra-Estrutura, apreciará projeto de lei da Câmara dos Deputados que reduz os valores da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Por sua vez, os senadores integrantes da Comissão Temporária da Amazônia ouvirão uma exposição da presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares, sobre a aplicação do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Defensor público pode ter novo prazo de opção

Os defensores públicos investidos na função até a promulgação da Constituição de 88 poderão ter o direito de opção pela carreira. O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou proposta de emenda constitucional para assegurar esse direito.

Ignácio propõe emenda

O artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garante a investidura apenas para quem optou pela carreira até a data da instalação da Assembléia Constituinte, em 1986. Conforme o senador, esse artigo visava garantir o direito dos servidores que haviam ingressado no cargo público sob as normas existentes antes da Constituição de 88, "mas acabou por excluir os defensores públicos admitidos entre o início dos trabalhos constituintes e a promulgação da Constituição".

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, proposta é saudada em plenário como capaz de preencher uma lacuna no capítulo relativo aos direitos sociais garantidos na Constituição

Direito à moradia entra em discussão

O plenário do Senado começou a discutir ontem a inclusão da moradia entre os direitos sociais garantidos pela Constituição. Os direitos sociais previstos hoje na Constituição são: saúde, educação, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A proposta de emenda constitucional foi apresentada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e já recebeu manifestação favorável da Comissão de Constituição e Justiça, conforme parecer do relator, Romeu Tuma (PFL-SP).

Ao defender a iniciativa em plenário, Mauro definiu o assunto como de indiscutível relevância para os interesses da sociedade brasileira. "Minha expectativa é de que a sensibilidade social deste plenário vá garantir, senão a unanimidade, a manifestação favorável da ampla maioria dos senadores que aqui representam as aspirações de bem-estar do povo brasileiro", disse ele.

Em sua opinião, essa emenda virá reparar uma omissão da Assembléia Constituinte e encerra uma preocupação que alcança cada vez mais as prioridades institucionais dos governos de países industrializados ou em vias de desenvolvimento. Ele entende que esse movimento mundial de conscientização não poderia ser excludente em relação ao Brasil.

Mauro: corrigindo uma omissão

Emília: atenção para as mulheres

Tebet: profundidade social

Mauro Miranda citou estatísticas e disse que o déficit habitacional brasileiro chegava, em 1995, a 5,1 milhões de unidades, mas que os números atuais são superiores, em razão do crescimento vegetativo da população, dos movimentos migratórios e do desemprego.

Senadores manifestaram apoio à proposta, em plenário, devido à sua importância social diante do déficit habitacional do país

MULHER TRABALHADORA

Em apoio ao projeto, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu a construção de moradias dignas, com infraestrutura urbana para as famílias de baixa renda, definindo isso como o espaço mínimo necessário para um cidadão abrigar sua família. Ela disse que, no ano passado, apresentou projeto de lei permitindo a reserva de recursos públicos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família.

Emília informou que o número de mulheres chefes de família tem crescido significativamente nos últimos anos e, conforme dados do IBGE, a mulher brasileira sustenta 20% das cerca de 38 milhões de famílias do país, num total de 7,6 milhões de mães que são arrimo de família.

Também a favor do projeto de Mauro Miranda, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que, das 400 a 500 propostas de emenda constitucional que tramitam no Legislativo, em sua opinião, "nenhuma tem a profundidade social dessa que garante o direito à moradia". No seu entender, é preciso registrar claramente entre os direitos sociais o direito à habitação, num país com tão preocupante déficit habitacional.

A senadora Benedita da Silva também congratulou a iniciativa de Mauro Miranda e disse que, nessa questão, o Brasil está em posição delicada em comparação com os outros países. Ela informou que essa situação foi exposta na conferência *Habitat II*, promovida há dois anos pela ONU, em Istambul, quando a delegação brasileira teve a responsabilidade de relatar o conjunto de recomendações sobre o direito à moradia.

CRE quer saber mais sobre acordo com a França

O plenário decidiu ontem que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional irá analisar questões levantadas pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM) sobre o Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado entre o Brasil e a França há um ano. Nesse período, o Ministério da Justiça deverá enviar informações ao Senado sobre uma compra de tecnologia e armas para a Polícia Federal, fornecidas pelos franceses.

A senadora sustentou que o artigo 4º do acordo iguala os imigrantes brasileiros ilegais na França aos traficantes e terroristas, permitindo a sua deportação imediata. Ela leu *fax* que o embaixador Lúcio Amorim, diretor-geral de Assuntos Consulares, enviou à deputada Sandra Starling, em 31 de março do ano passado, informando que o Itamaraty pretendia retirar o acordo enviado ao Congresso porque o artigo 4º "poderia dar margem a interpretações e procedimentos" contra emigrantes brasileiros no exterior.

O relator, senador Romeu Tuma, leu outro *fax* do mesmo embaixador, mas datado de janeiro último, onde ele afirma que uma análise detalhada do acordo, principalmente o artigo 4º, mostrou que não existem razões que levem o governo a retirar do Congresso o acerto com a França.

OUTROS ACORDOS

Na mesma sessão, os senadores aprovaram outros cinco acordos externos assinados pelo governo brasileiro: de ingresso do Brasil no Comitê do Aço da OCDE, de luta contra o tráfico de drogas com a Itália, de cooperação turística com a Espanha, de emendas ao acordo operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites e de serviços aéreos com o Uruguai. Também foi aprovado o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado.

Senado comemora os 50 anos da OEA

O plenário do Senado homenageia hoje a Organização dos Estados Americanos (OEA), pelos seus 50 anos de fundação. A proposta partiu do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A homenagem será feita durante o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, e estão inscritos para falar os senadores Cabral, Leonel Paiva (PFL-DF), Benedita da Silva e Mauro Miranda.

Cabral é o autor da proposta

TV debate violência contra as mulheres

As mulheres de todo o mundo, independente de cor, idade e classe social vivem sob o signo da violência. A constatação, registrada em relatório da Organização das Nações Unidas, será levada a debate, hoje, pela TV Senado.

Participam da discussão a delegada da Mulher Débora Menezes e a senadora Emília Fernandes, que vai propor a criação do "147", serviço telefônico para a denúncia de violência contra crianças e mulheres.

O programa vai ao ar às 8h.

Presídios lotados preocupam Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) classificou ontem como "preocupantes" os resultados do mais recente censo penitenciário realizado pelo Ministério da Justiça. Segundo o senador, o número de detentos aumentou no período de 1995 a 1997. "O índice de presos para cada 100 mil habitantes saltou de 95,47 para 108,36. Isso significa que existe um preso para cada 923 brasileiros", observou. Tuma revelou que, de acordo com levantamento feito pelas Nações Unidas sobre população carcerária, o Brasil só perde, em número de presos, para os Estados Unidos, a Rússia, a África do Sul, a Escócia e Portugal.

Tuma: "vidas em risco"

- O aumento do número de presidiários é mais grave quando se constata que não houve acréscimo em vagas nas prisões. O déficit hoje ultrapassa a 96 mil vagas. A conseqüência é a superlotação em praticamente todos os presídios - afirmou o senador.

Tuma explicou que a superlotação resulta em condições desumanas e os presos respondem com rebelião, com motim, "colocando em risco a vida de funcionários e de famílias, que enfrentam dificuldades e até humilhações, praticadas por carcereiros, para visitar seus parentes encarcerados, em decorrência dos cuidados para manter a segurança dos presos".

Universidades do crime

As prisões brasileiras, segundo o senador Romeu Tuma, tornaram-se verdadeiras escolas de criminalidade, onde se misturam pessoas que cometeram delitos de pequeno poder ofensivo a delinqüentes irrecuperáveis, homicidas reincidentes e integrantes de quadrilhas organizadas. "Não é raro, por isso, o preso sair do presídio pior do que quando entrou, porque ali aprendeu maneiras mais eficazes e cruéis de praticar crimes, até como meio de sobrevivência", disse Tuma.

O senador também mostrou-se preocupado com a discussão na Câmara dos Deputados de projeto de lei que diminui de 18 para 16 anos a idade mínima para responsabilidade criminal. Romeu Tuma preocupa-se com a possibilidade de encarceramento de jovens e o comprometimento de sua formação. "Não posso admitir, em sã consciência, que um jovem de 16 anos não possa se recuperar", argumentou.

Romeu Tuma defendeu a reestruturação do sistema penal e a readeqüação dos presídios como pré-requisito para a discussão da redução de idade para responsabilidade penal. Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com Tuma e perguntou para onde o país está caminhando com tanta violência. "Com esse sistema penal que está aí, mandar uma criança de 16 anos para uma penitenciária, que é uma escola de crimes onde às vezes os próprios agentes penitenciários são incentivadores do crime, vai apenas transformá-las em monstros", avaliou Simon.

Para o senador Romeu Tuma, outro dado preocupante é o aumento da incidência, nos presídios, de doenças como a Aids e a hepatite C. Ele também manifestou preocupação com o problema das carceragens provisórias. Somente no ano passado, os motins triplicaram em distritos policiais e cadeias públicas sob jurisdição da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Ele informou que mais de 31 mil pessoas estão presas nesses locais.

Novas regras obrigam a União, os estados e os municípios a destinarem recursos à prevenção de desastres naturais

Plenário aprova novo sistema de defesa civil

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que reforça o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), integrado pelas entidades de defesa civil da União, dos estados e dos municípios. O projeto apresenta as diretrizes básicas para prevenção de calamidades públicas, recomendando a execução de obras para reduzir os efeitos de catástrofes naturais, como enchentes ou secas, ou provocadas pelo homem - desabamento de edifícios, por exemplo.

O projeto foi apresentado pela comissão temporária do Senado que estudou, no final do ano passado, o fenômeno *El Niño* e sugeriu medidas para reduzir os impactos da mudança climática (aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico). O projeto, relatado favoravelmente pelo senador Romeu Tuma, agora vai à análise e votação dos deputados.

Conforme o projeto, além de trabalhar na prevenção, as entidades de defesa civil recomendarão aos estados e municípios campanhas educacionais para reduzir os efeitos danosos das catástrofes. Essas campanhas podem se constituir em ações como dragagem de rios, construção de represas para conter enchentes, recolhimento de lixo em áreas de risco, desentupimento de bueiros etc. O projeto estabelece que um prefeito poderá decretar estado de calamidade pública ou situação de emergência, cabendo ao governador sua homologação. A seguir, o governo federal reconhecerá a calamidade para efeito de ajuda suplementar da União.

Comunidades devem ser mobilizadas e educadas para participarem dos esforços de prevenção

A União, os municípios e os estados deverão elaborar planos de defesa civil, atualizá-los periodicamente, submetê-los à aprovação da entidade de defesa civil competente, e ainda destacar verbas em seus orçamentos paras as obras destinadas a minimizar as conseqüências das calamidades.

Conforme justificativa da comissão do Senado que estudou o *El Niño*, é necessária a mobilização das comunidades para que sejam reduzidos os efeitos de desastres e isso será possível pela educação. A comissão destaca ainda que o projeto define claramente o que cabe a cada esfera administrativa, lembrando que a legislação sobre defesa civil, de 1993, "não é aplicável além dos limites do Executivo Federal".

Durante a votação, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse que ainda não recebeu do governo federal informações referentes ao requerimento que apresentou em janeiro último, sobre denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* relativas aos critérios de distribuição de verbas aos municípios com propósito de minimizar os efeitos do *El Niño*.

Banco de Roraima e usina de açúcar serão extintos

O Senado aprovou ontem projeto de lei que extingue o Banco de Roraima (Banroraima) e a Companhia Usinas Nacionais (CUN). Com a decisão dos senadores, a União federal poderá assumir as dívidas das duas instituições, podendo encerrar com rapidez um processo de liquidação que já se arrasta há dez anos.

Conforme o relator do projeto, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), a legislação sobre liquidações impede o encerramento do processo enquanto existem pendências judiciais. Passando os processos para a Lei 8.029/90, pode-se concluir o fechamento das empresas, uma vez que as pendências judiciais que persistirem terão na União a possível pagadora.

A história da liquidação do Banco Roraima começou em agosto de 1988, quando foi decretada a sua liquidação extrajudicial pelo Banco Central. Um ano depois, foi suspensa a liquidação, pois o governo de Roraima comprometeu-se a assumir dívidas do banco estadual, com o objetivo de mantê-lo em funcionamento.

Waldeck foi o relator do projeto

No entanto, ante o volume de dívidas, o estado jamais assinou o acordo sobre esses débitos. A solução, proposta pela equipe econômica do governo federal, foi incluir o banco na lei que trata da extinção e dissolução de empresas públicas.

A situação da Companhia Usinas Nacionais (CUN), que fabricava açúcar, é semelhante. Regida pela Lei das Sociedades Anônimas, que também impede o encerramento total do processo enquanto existirem pendências judiciais, a empresa não terá seu fechamento concluído enquanto tiver dívidas.

Lobão pede recuperação da rodovia Belém-Brasília

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) deve providenciar urgentemente o restabelecimento do tráfego na rodovia Belém-Brasília, cobrou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele citou o trecho entre as cidades de Açailândia e Itinga, no estado do Maranhão, que está interrompido em dois locais, em virtude das intensas chuvas que caíram na região.

Lobão lamenta demora do DNER

Lobão enfatizou ser essa a terceira vez que reclama providências do DNER, em discurso no plenário do Senado. "Há mais de dois meses que o problema se arrasta e o DNER não encontra meios de solucioná-lo. Somente posso concluir que se trata de desinteresse ou incapacidade. Por isso apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que volte sua atenção para o caso."

Para Lobão, a rodovia Belém-Brasília, a BR-010, representa o mais importante instrumento de acesso à Amazônia e de integração de vários estados brasileiros como Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão às regiões Sul e Sudeste. "É através dessa estrada que chegam importações de São Paulo para esses estados. É também através dela que boa parte da produção do norte se escoa. Não se justifica a falta de atenção do DNER em relação ao assunto", concluiu.

Condições impostas pelo tribunal para que o estado receba antecipação de receita de privatização irritam senador

Wilson acusa TCU de discriminar Pernambuco

"Pernambuco está sendo vítima de uma discriminação inaceitável. Mais uma vez o estado é vítima dos interesses mesquinhos e egoístas", afirmou ontem o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), referindo-se à decisão do Tribunal de Contas da União de condicionar a antecipação de receitas provenientes do processo de privatização de empresas a prévio pronunciamento do Banco Central e à autorização pelo Senado.

Alegou o senador que outros estados obtiveram a liberação desse tipo de recurso sem os obstáculos impostos pelo TCU, enquanto o governo pernambucano tem sido objeto do que chamou de "manobras espúrias" para inviabilizar o repasse de R$ 780 milhões provenientes da privatização da Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), "temendo que tais recursos possam ser utilizados em benefício de determinada candidatura na eleição de 98".

Wilson aponta "manobras"

Sobre a deliberação do TCU, Carlos Wilson disse que "essa decisão causa estranheza, porque sabemos que tais exigências não foram observadas nas liberações anteriores que beneficiaram outros estados e, sobretudo, porque a Constituição não exige que o Senado autorize operações de crédito internas". Segundo os cálculos que apresentou, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já liberou um total de R$ 2,8 bilhões para 14 estados, como antecipação da privatização das companhias estaduais de energia elétrica.

Carlos Wilson disse que, embora seja adversário político do governador Miguel Arraes, "está inconformado diante desse tratamento discriminatório" contra Pernambuco, principalmente porque "o recebimento desses recursos é fundamental para a geração de empregos e para enfrentar uma série de problemas da população pernambucana".

Mauro apela ao BB para rever decisão sobre Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apelou ao presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, para que reveja com urgência a recente decisão de subordinar as agências dos municípios goianos de Posse, Alvorada, São Domingos e Campos Belos à superintendência da Bahia, desvinculando-as da de Goiás. Como alternativa, as quatro agências poderiam ficar subordinadas a Brasília", sugeriu.

- Para que se tenha idéia dos efeitos negativos dessa decisão, que não pode deixar de ser revogada, basta lembrar que os gerentes dessas agências terão que realizar viagens de 1.200 quilômetros até Salvador, onde serão tomadas as medidas de rotina para orientar ou reorientar as políticas de crédito e outras pendências. É o dobro da distância de Goiânia e os custos serão assumidos pelo próprio banco - ressaltou.

Para Mauro Miranda, a decisão, "no mínimo precipitada, fez reacender a desconfiança de que o Banco do Brasil está se distanciando do povo para criar um clima favorável à privatização. É este o comentário dominante que tenho ouvido, com uma ponderação que não deixa de ter sentido". O senador questionou se o BB tem a intenção de continuar ou não a ser um banco de fomento ao desenvolvimento regional.

A seu ver, seria até fácil entender a deliberação, se ela resultasse em redução de despesas nessa fase conjuntural em que o Banco do Brasil luta para se recuperar dos prejuízos operacionais dos últimos anos. Mas, acentuou, "se é essa a intenção, é evidente que os sinais estão trocados".

Mauro afirmou que o pequeno comércio, os depositantes individuais, as micro e pequenas empresas, as prefeituras e os agricultores temem uma desorganização total nas suas transações bancárias. O senador ressalta que, para quem vive de pequenas rendas, os efeitos serão altamente danosos.

Benedita condena tentativa de transferir ANP para Brasília

Ao contestar projeto de lei de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que transfere a sede da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para a capital do país, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a proposta não terá êxito, pelos equívocos que contém e por representar "mais um acinte ao estado do Rio, que neste caso mais se assemelha a um órfão da atenção governamental".

- A iniciativa apresenta-se como um esvaziamento do Rio de Janeiro, que já se encontra tão relegado em outras áreas, como saúde, segurança e educação - reiterou.

De acordo com Benedita, Arruda justificou o projeto salientando que, sediada no Rio, a ANP seria submetida a pressões regionais, o que colocaria em risco a eficiência do órgão. Para a senadora, no entanto, "os políticos palacianos, principalmente os da capital, entendem que a sede da ANP no Rio resultaria em perda do poder de gestão e de influência sobre o setor". A seu ver, o controle da política petrolífera independe da localização geográfica da agência.

Outro argumento do senador a favor da transferência da ANP para a capital foi o da racionalidade administrativa. Esse princípio, segundo a senadora, seria razão, ao contrário, para a continuidade da agência no Rio, "pois é no litoral da cidade de Campos que se encontram as nossas bacias petrolíferas com suas plataformas marítimas".

Benedita teme esvaziamento do Rio

Em aparte, José Roberto Arruda ressaltou que o projeto original de criação da ANP previa que a agência teria foro e sede em Brasília e que, na tramitação na Câmara dos Deputados, sofreu emenda estabelecendo que o foro seria na capital, mas os escritórios centrais, no Rio. No Senado, Arruda restabeleceu, através de emenda, o conteúdo do projeto do Executivo, mas o governo, com pressa de votar a matéria, orientou sua bancada a rejeitar em bloco todos os destaques para votação em separado. "Esperei o veto presidencial, por racionalidade administrativa", informou, acrescentando que o próprio presidente da ANP lhe teria dito ser favorável ao restabelecimento do projeto original do governo.

- A grande verdade é que, respeitado o conceito de capital, as agências reguladoras equivalem a ministérios. Manter a ANP no Rio é um ato de irracionalidade administrativa que eu não acompanho - afirmou.

Presidente do Senado diz que Legislativo já cumpriu o seu papel e aprovou leis necessárias à reforma agrária. Segundo ele, fim do clima de tensão no campo depende agora da ação governamental

ACM cobra ação enérgica contra invasões

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem uma ação mais enérgica do governo que atenda ao clamor da opinião pública, visando acabar com o clima de tensão no campo e coibir as invasões de terra. Segundo ele, a solução já não depende mais do Legislativo, que aprovou todas as leis consideradas necessárias para fazer a reforma agrária.

- Leis, o governo já tem todas. Está precisando é de ação - disse.

Preocupado com o resultado das pesquisas, que indicam o repúdio da maioria da opinião pública às recentes invasões de terras, o senador disse que pretende levar o assunto à Casa. "O Senado já aprovou toda a legislação sobre reforma agrária, mas tem o seu papel como órgão fiscalizador do Executivo", advertiu.

Antonio Carlos: não faltam leis

Na avaliação de Antonio Carlos, apesar da semana mais curta em função dos feriados da Semana Santa, será possível registrar saldo positivo da atividade legislativa. Sua expectativa é avançar na apreciação das medidas provisórias da pauta do Congresso na sessão marcada para as 18h de hoje, e também cumprir grande parte da Ordem do Dia do Senado, além de organizar a agenda de trabalho para as próximas semanas.

O presidente do Senado considera prioritário o exame do substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de limitação do alcance do instituto da imunidade parlamentar, restringindo-a às atividades estritamente relacionadas ao desempenho do mandato de deputados e senadores, para preservar sua liberdade de atuação e expressão. O envolvimento em crimes comuns deverá ser excluído da imunidade.

João Rocha vê ameaça ao setor eletrônico

O flagrante desequilíbrio entre importação e exportação é o ponto fraco do setor eletrônico brasileiro, disse ontem o senador João Rocha (PFL-TO), acrescentando que o déficit comercial do setor, em 1996 e 1997, ultrapassou os US$ 5 bilhões. Segundo ele, a abertura da economia ao exterior vem gerando grandes transformações na indústria, mas a facilidade de importar estaria provocando uma "avassaladora" concorrência ao produto nacional.

João Rocha: déficit preocupante

Esse déficit era de US$ 1 bilhão em 1990 e, de acordo com João Rocha, os quatro grandes setores que compõem o complexo eletrônico registraram, em 1996, para cada um deles, os seguintes saldos negativos: informática, US$ 1,5 bilhão; eletrônica de consumo, US$ 1 bilhão; telecomunicações e componentes eletrônicos, cerca de US$ 2 bilhões.

- A adoção de medidas para a redução do déficit da balança comercial do setor exige iniciativas firmes. Componentes, peças e partes de produtos finais são importados maciçamente, sendo comum a aquisição de *kits* do Leste da Ásia para montagem no Brasil. Essa modalidade de importação ameaça inviabilizar nossa indústria - frisou.

Para João Rocha, as condições fiscais adotadas para a Zona Franca de Manaus são um dos fatores que colocam as compras de componentes de outras regiões do Brasil como opção desvantajosa ante às importações. "Esse fato é ainda mais grave por ser a eletrônica de consumo, com seus grandes volumes, o setor realmente capaz de alavancar a produção interna de componentes, conforme ocorreu na maioria dos países que têm, hoje, uma indústria forte."

Após defender que uma indústria eletrônica de sucesso é essencial para dar suporte a um desenvolvimento moderno igualmente vitorioso, o senador afirmou que "precisamos de análises atentas e minuciosas sobre a indústria, que identifiquem seus pontos vulneráveis e seus pontos fortes e que resultem em uma política industrial inteligente de apoio a esses setores".

Patrocínio quer prevenir acidente com combustível

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei estabelecendo que todo recipiente fixo ou móvel, de combustível inflamável líquido ou gasoso, só poderá ser fabricado com material capaz de evitar explosões decorrentes de fonte externa de calor.

Conforme a proposição, o recipiente deverá ser submetido a testes científicos em laboratórios reconhecidos, dispensar manutenção e permanecer em uso por prazo indeterminado. Segundo Patrocínio, "em todo o planeta, a estocagem e o transporte de combustíveis líquidos ou gasosos são amparados por sistema de segurança, a fim de prevenir acidentes, principalmente com vidas humanas".

Ele lembra que pesquisa feita pelo Departamento de Controle do Uso de Imóveis do Corpo de Bombeiros de São Paulo detectou que 33% das explosões acontecem devido a vazamentos de gás em moradias. Ainda conforme a pesquisa citada pelo senador, há muita irresponsabilidade no manuseio, armazenagem e transporte de combustível inflamável.

Patrocínio vê irresponsabilidade

Depois de aprovado o projeto, o Executivo terá um prazo de 180 dias, contados a partir da sua publicação, para regulamentar a lei.

PROGRAMAÇÃO

TV Senado

7h - Entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre a isenção previdenciária dos servidores aposentados
8h - "Mulheres em Debate" - com a participação da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e da delegada da Mulher, Débora Menezes, sobre a violência contra a mulher
9h30 - Entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre a isenção previdenciária dos servidores aposentados
10h - Comissão de Assuntos Econômicos - discute o projeto de lei que estabelece padrões em cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação por deficientes visuais
14h30 - Sessão plenária (vivo)
18h - Sessão do Congresso Nacional (vivo) - votação das medidas provisórias relativas à Administração Pública
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
24h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
24h40 - "Senado em Pauta"
1h - "Agenda Econômica" - com a participação do deputado federal Paulo Bornhausen (PFL-SC) e o cientista político David Flecher, sobre a Alca
2h - "Jornal da Amazônia"
2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - Especiais
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

Rádio Senado

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
18h - Sessão do Congresso Nacional
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
24h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação até às 7h30

Senador destaca o combate à violência, o avanço nas questões relativas aos direitos humanos e a implantação do Código de Trânsito Brasileiro como as realizações mais importantes de sua gestão no Ministério da Justiça

Iris faz balanço de sua atuação no MJ

Ao reassumir o mandato, depois de dez meses frente ao Ministério da Justiça, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) fez ontem uma análise das realizações de sua pasta, afirmando que o combate à violência mereceu os maiores esforços de sua gestão. "Levamos a efeito um trabalho obstinado no combate às drogas, à lavagem de dinheiro, ao porte ilegal de armas, ao narcotráfico", disse. A violência nas prisões foi também, segundo Iris, preocupação constante do ministério. Ele destacou o projeto *Zero Déficit*, que visa eliminar a superlotação carcerária com a construção de mais de 100 presídios com recursos provenientes do BNDES.

Iris lembrou as discussões realizadas com os membros do Conselho Penitenciário, nas quais eram analisadas as reivindicações dos estados para a construção de novas

Iris: esforços contra a violência

unidades, capazes de alojar com dignidade os apenados

- As cenas cruéis vistas nos presídios exigiram um trabalho de humanização, o que fez com que alcançássemos essa relativa trégua que agora se registra - afirmou o ex-ministro.

O senador ressaltou a preocupação com os direitos humanos, que ajudou a projetar uma imagem mais favorável do Brasil nessa área, "pondo fim a distorções que, no passado, macularam o nosso prestígio diante da comunidade internacional".

Para Iris Rezende, apesar dos empecilhos ocasionais, fruto da insuficiência orçamentária, o país também avançou nas questões relativas às minorias, com destaque para a demarcação de terras indígenas.

A reformulação de diplomas legais foi um dos aspectos mais relevantes de sua gestão, segundo o senador. Ele lembrou a edição do Código de Trânsito Brasileiro e frisou que a substituição do Código Penal, de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, considerados obsoletos, por normas mais atuais, constitui feito importante para a Justiça no Brasil.

- Constituímos três comissões de alto nível, que vêm trabalhando para a elaboração dos projetos, inclusive com a discussão com os segmentos interessados - relatou.

Antonio Carlos ressalta trabalho do ex-ministro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que o "Senado se regozija com o retorno de Iris Rezende, ressaltando a relevância do trabalho empreendido pelo ex-ministro frente à pasta da Justiça. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, elogiou a criação da comissão que prepara projeto de alteração da Lei de Execuções Penais, mas cobrou do senador goiano informações sobre o processo que apura o massacre de trabalhadores rurais sem-terra, ocorrido em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996.

Em resposta ao senador petista, o ex-ministro informou que, apesar do Código de Processo Penal facilitar as manobras protelatórias da defesa, "principalmente em um processo que conta com mais de 80 réus", a questão deverá estar resolvida em um prazo bastante razoável. Para ele, isso se deve, em grande parte, ao trabalho do Ministério da Justiça, que colocou representantes acompanhando permanentemente o andamento do processo.

Também elogiaram a atuação de Iris Rezende no Executivo, os senadores Beni Veras (PSDB-CE), Elcio Alvares (PFL-ES), Romeu Tuma (PFL-SP), Mauro Miranda (PMDB-GO), Pedro Piva (PSDB-SP), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Simon acredita que reforma ministerial criou animosidades

A reforma ministerial foi criticada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem o presidente da República criou animosidade em sua base de sustentação política, sem necessidade, ao "fritar" ministros de gabarito como Carlos Albuquerque, da Saúde, e Arlindo Porto, da Agricultura, e escolher um nome inadequado para a pasta da Justiça.

- Não é possível ter na coordenação das eleições de 1998 um homem como Renan Calheiros (PMDB-AL), símbolo do governo Collor - disse Simon, acrescentando que "o pior é o motivo dessa escolha: facilitar a vida de seu companheiro de partido, Teotônio Vilela Filho, candidato ao governo de Alagoas, que agora terá um adversário a menos". O senador ressalvou, no entanto, não ter nenhum motivo para duvidar da competência de Calheiros.

Segundo Pedro Simon, o PMDB colocou à disposição de Fernando Henrique Cardoso sete advogados de renome do partido, entre eles os senadores José Fogaça (RS) e Ramez Tebet (MS). "Eu mesmo fui convidado para integrar essa lista, mas declinei porque não quero ficar sem mandato. Cargos de ministro são muito instáveis e acho que político sem mandato é como mulher da vida sem cama, pode ficar incapacitado de exercer sua profissão", explicou.

ELOGIO

Ao lado das críticas, Simon elogiou a escolha do senador José Serra (PSDB-SP) para a Saúde. "É competente e certamente terá êxito. Mas não havia necessidade de desprestigiar um homem como Albuquerque, que é íntegro e conseguiu atacar privilégios, atingindo interesses escusos no ministério", disse.

O senador gaúcho disse ainda que a nomeação de Francisco Turra para a Agricultura representa o ponto alto da reforma: "Turra conhece o assunto como ninguém, é proveniente de uma região do Rio Grande do Sul onde a agricultura é um êxito, é homem honesto e com grande capacidade de trabalho". Simon observou, no entanto, que "uma escolha certa não precisava ter sido acompanhada de desprestígio para com Arlindo Porto.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) concordou com Simon e se solidarizou com Arlindo Porto e Carlos Albuquerque. Para Lobão, "no instante em que o presidente não está satisfeito com um ministro, deve demiti-lo e não submetê-lo a vexames". Ele discordou, no entanto, das restrições de Simon sobre a escolha de Calheiros.

Senador insiste em comissão para discutir desemprego

O Senado poderá criar uma Comissão Especial para discutir o desemprego e elaborar alternativas legislativas visando a geração de postos de trabalho. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que espera ver a proposta votada até o fim do mês pelo Senado. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou que a votação da matéria depende de acordo entre os líderes partidários, em virtude do grande número de matérias a serem analisadas e votadas este mês.

Pedro Simon solicitou ainda à Mesa uma posição a respeito da votação de duas propostas de emenda constitucional de sua autoria. Uma convoca plebiscito para decidir sobre a possibilidade de o Congresso Nacional tornar-se uma Assembléia Revisora da Constituição na próxima legislatura. A outra proposta exclui os municípios da base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal. A intenção do senador gaúcho é desonerar os municípios, sem diminuir os recursos do governo federal. O presidente garantiu ao senador a inclusão das duas matérias na pauta de discussões deste mês.

Simon: votação até o fim do mês

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio e Jonas Pinheiro